

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Revista Portuguesa de História

TOMO XVII

HOMENAGEM AO DOUTOR TORQUATO DE SOUSA SOARES

II



COIMBRA/1977

dade, e são mais uma prova do interesse com que fizemos a sua leitura. Resta-nos exprimir o voto de que o Prof. Mauro, talvez alargando e refundindo o presente livro, possa dar-nos um dia, conforme é seu desejo, «l'autre histoire, celle dont nous rêvons».

LUÍS FERRAND DE ALMEIDA

Metodología de la Historia Moderna. Economía y Demografía — «Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas», vol. III. Secretariado de Publicaciones, Departamento de Historia Moderna, Universidad de Santiago de Compostela, 1975. 886 pp.

Na sequência da publicação das comunicações apresentadas nas I Jornadas de Metodologia Aplicada das Ciências Históricas, realizadas de 24 a 27 de Abril de 1973 na universidade de Santiago de Compostela, vem a público o terceiro volume das Actas.

O objectivo das jornadas é definido, em síntese, na introdução: favorecer o intercâmbio de problemas e métodos de trabalho em novas dimensões da investigação histórica mais do que expor os resultados obtidos em áreas conhecidas através de fontes e métodos já consagrados.

O volume III das Actas vem dar a conhecer a um público mais vasto as cinquenta comunicações que se situam no âmbito da história moderna. A sua apresentação subordina-se a uma classificação temática, sendo quatro as grandes secções em que se divide: história rural na época moderna; demografia e estruturas sociais; preços, salários, flutuações e movimentos de conjuntura; crédito e banca, comércio e transportes na fase do capitalismo mercantil.

O espírito que preside e dá unidade a esta variedade temática, é expresso pelo Prof. A. Eiras Roei: influência marcada da escola francesa, reflexão sobre problemas metodológicos de alcance geral, confrontação crítica de fontes de carácter serial; recurso à quantificação. É lógico que tal se verifique numa altura em que, segundo a afirmação do mesmo professor, a História, depois da reformulação da sua problemática e da sua aproximação às Ciências Sociais, envereda

por caminhos de quantificação, interdisciplinarietà e planificação; e é de justiça reconhecer o papel pioneiro da escola francesa nestes domínios.

A abrir a série de comunicações referentes à história rural na época moderna, E. Le Roy Ladurie abrange, panoramicamente, a área das contestações e revoltas camponesas em França, de 1675 a 1783. Situando-se numa perspectiva metodológica, tomando como ponto de referência os trabalhos de Saint-Jacob, Poitrineau, Frêche e Meyer, esboça uma linha evolutiva de tais contestações que, de anti-fiscais, se tornam anti-senhoriais. Na base desta evolução está a mudança dos intervenientes nos conflitos. De facto, os camponeses da segunda metade do século das luzes abandonam antigos costumes religiosos, adquirem novos hábitos de que a tabagia progressiva é um exemplo típico, politizam-se através do contacto mais frequente com a cidade, assimilam a nova cultura. Tudo isto origina a eclosão do «mau espírito» que se manifesta quer no desrespeito pelo senhor e na exigência da «papelada» que justifique legalmente os seus direitos, quer na agudização de clivagens no seio da própria comunidade rural. O camponês moderniza-se ideologicamente, culturalmente e socialmente. Por outro lado, a renovação é também senhorial: a tentativa, tantas vezes conseguida, de formação da grande ou média propriedade no sentido de responder às necessidades do mercado, sobretudo urbano, tendo como agentes fundamentais ou o senhor que, a partir da sua reserva, emparcela, irriga e fecha o seu domínio, ou o rendeiro, personagem intermédio e activo, socialmente afecto ao senhor mas actuando já em moldes capitalistas, é o aspecto fundamental desta renovação. A contestação camponesa dirige-se contra uma realidade que é formalmente senhorial mas de conteúdo capitalista. O A. chama a atenção para o perigo de interpretações teleológicas destes conflitos que precedem a grande revolução: na realidade, nem os modelos passadistas fundamentados no carácter anti-fiscal das contestações, nem os futuristas — exigência de redistribuição da terra — se lhes podem adaptar. Assinala igualmente o carácter diferencial destes movimentos de alcance e repercussão diferentes nas diversas regiões da França.

Segue-se um conjunto de trabalhos que perspectivam o mundo rural de um outro ângulo: a tentativa de determinação da produção agrícola bruta, correlacionando-a, por vezes, com a evolução demográfica e os preços. O processo utilizado tem como ponto de partida fundamental a análise dos dízimos que, sendo uma prestação proporcional à produção bruta, permitem o seu cálculo, na totalidade.

Trata-se, porém, de uma operação que envolve certos riscos e é por isso que A. Eiras Roei faz uma cuidadosa exposição da natureza e da forma de percepção e distribuição dos dízimos, focando, no caso concreto, o espaço geográfico galego. Para o problema da determinação da produção importaria responder a duas questões essenciais; uma diz respeito à constância, ao longo do tempo, da taxa do dízimo : se a impressão é de fixismo, quer a apropriação temporária, pela Coroa, de parte dos dízimos, quer a possível ocultação e resistência camponesa podem falsear, por vezes, o seu valor exacto; a outra questão põe-se quanto à estabilidade das áreas sujeitas ao dízimo, que conflitos de limites, fusão ou divisão de paróquias poderiam ter modificado, para além de outros factos menos evidentes como a mudança de situação pessoal do proprietário das terras ou a modificação do estatuto legal destas. E não acabam aqui as cautelas críticas e metodológicas a ter em conta antes de se poder passar à análise: na composição do valor do dízimo, qual o factor dominante, os preços ou o volume da produção? Qual a incidência, uma vez que a percepção dos dízimos se fazia, na maioria dos casos, através de arrendamento, do lucro que o rendeiro reserva para si? As dificuldades encontradas não impedem o A. de tentar uma análise evolutiva situada na média e na longa duração, assinalando os diversos movimentos da produção e as crises, numa visão que ele próprio deseja completar com o estudo de outras séries, de forma a permitir um autêntico teste de concordância regional. É de assinalar, sobretudo, o cuidado crítico e metodológico, a consciência dos escolhos e o esforço para os superar.

Dentro da mesma intencionalidade, B. Barreiro Mallón analisa um espaço mais reduzido, ainda na Galiza, pondo também em jogo a evolução demográfica e os preços. Partindo do pressuposto que, numa economia de subsistência, a alta prolongada dos preços nem sempre indica expansão da produção e pode mesmo, nas pequenas áreas, significar a sua diminuição pelos fenómenos migratórios que ocasiona, conclui que Xallas — que é o espaço analisado — inicia o seu despertar económico e demográfico numa fase que é ainda de letargo generalizado, para também se esgotar antecipadamente. Factores deste processo são, por um lado, a introdução do mais e por outro, os preços que, ao subirem generalizadamente, levam à deslocação da mão-de-obra, desfavorecendo os núcleos pequenos.

Luis M. Bilbao e Fernández Pinedo situam-se na planície de Alava, nas cercanias da cidade de Vitoria. Recorrendo aos «cuadernos

de tazmías» e aos «libros de particiones» nos quais se anota a distribuição do produto da contribuição decimal pelos diversos beneficiários, depois de considerações de carácter crítico e metodológico, tentam igualmente determinar os movimentos da produção, verificando também que a sua estrutura se modifica pelo progressivo retrocesso do trigo no conjunto das culturas. A produção sofreu diminuição lenta durante o século XVII, recuperando a partir da segunda década do século XVIII, contribuindo para essa recuperação o tipo de cereal cultivado, a suavização das oscilações e a liberdade dos preços.

A partir das séries de dízimos de quarenta localidades da área rural segoviana, escolhidos como amostra, A. Garcia Sanz, depois de afirmar que o fenómeno da ocultação intencional de parte da produção não parece relevante, chama a atenção para circunstâncias que podem falsear a visão económica obtida a partir destes dados: o lugar de recolha dos dízimos do gado — crias, queijo e lã — depende do fenómeno da transumância, cuja intensidade varia com o tempo; é a residência do proprietário e não a localização da propriedade que determina o local do pagamento dos dízimos da terra, assim como, no caso de morgadios arrendados, é na freguesia dos rendeiros que o décimo da produção deve ser pago. O A. detém-se ainda na estrutura da repartição dos dízimos e dá conta das modificações no modo de recollecção, pelo Cabido da catedral de Segovia, entre os séculos XV e XIX.

Partindo de outra fonte, os livros de contas da fábrica da igreja, M. de Castro Matía, consegue igualmente traçar uma linha evolutiva do volume das colheitas. A mesma fonte é, além disso, um indicador precioso do movimento da população, nomeadamente da mortalidade: neste domínio, pode mesmo colmatar as lacunas de outras fontes, nomeadamente quanto à mortalidade infantil. O A. aproveita para se debruçar sobre a análise evolutiva do número de óbitos, correlacionando-os com o volume das colheitas e os preços dos cereais.

Numa primeira aproximação, M. González Portilla aborda o tema das rendas e alugueres em Bilbao, no século XVIII. Compara as rendas com os preços do trigo, assinalando a ultrapassagem daquelas por estes a partir de 1774, o que vai acelerar as mudanças em curso na estrutura da propriedade. De facto, e devido à desfavorável conjuntura comercial, a burguesia mercantil vai investir os seus capitais no sector agrícola, assenhoreando-se da propriedade fundiária. Instrumentos desta apropriação são os censos hipotecários, o endividamento dos povos que facilita a aquisição das terras comunais, as ven-

das de géneros a crédito, a aquisição de bens eclesiásticos com «vales reales» aceites pelo seu valor nominal, muito superior ao efectivo, as alianças matrimoniais. Numa segunda parte, o A. detém-se sobre os arrendamentos urbanos em Bilbao, cujo preço a pressão demográfica obriga a subir: a construção é impedida quer por condicionalismos geográficos quer por interesses dos grupos sociais proprietários: primeiro nobres e eclesiásticos, depois os comerciantes ricos.

Uma outra fonte — os inventários *post mortem* — e as possibilidades que oferece o seu estudo formam o objecto da comunicação de A. Eiras Roei e R. Villares Paz. Informando com detalhe dos bens móveis do falecido, embora omita os seus bens de raiz, não devendo por isso ser utilizada isoladamente, esta fonte pode ser aproveitada em dois objectivos principais: conhecer as disponibilidades de produção de cereais ou outros artigos de primeira necessidade e a taxa de consumo; averiguar da importância e composição da «cabaña ganadera». Ficamos, assim, informados da proporção dos cereais destinados ao auto-consumo assim como da distribuição geográfica dos cultivos. A quantidade armazenada e também a capacidade de arcas e tulhas permitem, por processos que os AA. explicitam cuidadosamente, calcular a taxa de consumo que revela insuficiência de subsistências e desigual distribuição de fortunas. O gado faz parte integrante da economia camponesa, nomeadamente o bovino, mais regularmente repartido.

O problema da ocultação de rendimentos, um dos obstáculos para a análise das fontes de carácter fiscal, e o seu contraste com escrituras notariais forma o objecto do trabalho apresentado por J. M. Pérez García. Os protocolos notariais não seriam tão vulneráveis a falsas declarações. Identificando as propriedades numa e noutra fonte, pode chegar-se à conclusão de que a amostra extraída do «Catastro de Ensenada» de 1753 — que é aqui a fonte fiscal directamente visada — apresenta uma percentagem de ocultação generalizada de cerca de 30%, independentemente do tamanho das propriedades. O problema de saber se uma amostra com as dimensões da que foi utilizada se pode considerar significativa ocupa a segunda parte desta comunicação: o autor conclui pela negativa, se apenas se atender ao rigor matemático. Não deixa contudo de sublinhar a utilidade deste tipo de análise que fornece indícios de grande importância.

Bernard Vincent, ao debruçar-se sobre o repovoamento do reino de Granada na sequência da expulsão dos mouriscos (1609-1614),

aplica a esta conjuntura o conceito de modelo de decadência. Numa região devastada por uma dura guerrilha provocada pela resistência dos mouriscos expulsos, insuficientemente repovoada, uma série de dificuldades conjunturais — mortalidade elevada, más colheitas, epidemia e peste, banditismo mourisco — impede a recuperação. Para mais, o *deficit* humano modifica totalmente a relação homem-solo cultivado, a estrutura agrícola — cultura intensiva de regadio concentrada nas melhores terras — é destruída conjuntamente com o sistema de rega, e os repovoadores — «a escória de toda a Espanha» — não têm capacidade para refazer o anterior equilíbrio. «Trata-se realmente de decadência», acaba por afirmar o A.

Duas curtas comunicações, uma de B. Bennassar, a outra de Yves Castan, falam-nos respectivamente do contributo que as séries inquisitoriais podem fornecer para o estudo da mentalidade das populações rurais e de como, numa sociedade rural, a disponibilidade de liquidez monetária nem sempre condiciona o nível de vida e a capacidade de subsistência.

Jean-Pierre Amalric e F. Brumont, partindo de fontes de âmbito geral, de carácter económico-demográfico e fiscal, propõem-se esboçar a evolução das estruturas agrárias em Castela entre os séculos XVI e XVIII, tomando como exemplo a região de La Bureba. As fontes proporcionam o conhecimento de dados demográficos mostrando que a evolução global — que se cifra em estagnação populacional e urbanização diferenciada — resulta de movimentos parciais de sinal contrário em diferentes espaços regionais. Servem igualmente para observar a evolução das estruturas de produção, onde o retrocesso dos cereais panificáveis, sobretudo do trigo, se compagina com a expansão dos outros cereais, da criação de gado, nomeadamente bovino e lanar, e das leguminosas e com a deslocação territorial do cultivo da vinha. O panorama geral indica uma descida na produtividade, quer da terra quer do trabalho, o que provoca um fluxo de grupos populacionais das actividades agrícolas para o artesanato tradicional e para o sector dos transportes. Modificaram-se também os detentores da propriedade fundiária e baixou a sua renda. Importa assinalar a observação feita pelos AA. de que os estudos monográficos devem ser utilizados com cuidado, não se podendo, a partir deles isoladamente, projectar conclusões gerais, uma vez que a evolução global pode resultar de movimentos parcelares divergentes.

Para terminar a série de comunicações sobre a história rural, José-Luis Martin trata o problema das componentes do salário rural: a sua totalidade integrava dinheiro e outros artigos — calçado, tecidos, trigo, lã, terra para cultivar e gado — em proporções diversas. O leque salarial é muito amplo e a proporção que cabe à parte monetária aumenta à medida que diminui a categoria do assalariado. O modo de recebimento — ao longo do ano e a pedido expresso do trabalhador — revela uma nítida ingerência na vida particular deste, pois terá de declarar o emprego a dar ao dinheiro ou géneros recebidos. Este conjunto de características que o A. detecta ao focar o exemplo de duas quintas pertencentes ao Hospital de Santiago da cidade de Cuenca, pode ainda ser completado pelo estudo de mentalidades que as fontes utilizadas possibilita.

Uma segunda secção diz respeito à demografia e estruturas sociais. Pierre Goubert, a abrir, definindo metodologia não como um conjunto de receitas técnicas mas como reflexão sobre os objectivos, as fontes e os problemas, debruça-se sobre cada um destes aspectos. Os objectivos evoluíram: conhecimento do número global de habitantes duma região ou país, muitas vezes a partir do recurso acrítico a fontes de tipo «numeramento»; utilização dos dados, de forma parcial, para abonar uma tese preestabelecida; num plano mais científico e sério, o estudo dos fenómenos demográficos simultaneamente ao das conjunturas económicas; a análise das crises demográficas de tipo antigo e das estruturas da população. Foi neste ponto que os demógrafos de formação matemática vieram render os historiadores, transferindo para a demografia histórica problemas e métodos do século XX. Destes últimos o A. faz referência ao da reconstituição das famílias, ao das genealogias completas e ao das sondagens. Mas os métodos valem o que valerem as fontes e a sua crítica prévia é absolutamente indispensável. As fontes de tipo «numeramento» podem fornecer uma visão sincrónica duma população num dado momento, mas requerem que se conheçam os objectivos da sua elaboração, que se atenda à sua natureza e possíveis defeitos, ao tipo de contagem; os registos paroquiais e documentos do mesmo género possibilitam uma análise diacrónica, mas a sua exactidão depende da unidade religiosa, do cuidado de quem os redige, é prejudicada pela mobilidade populacional e pela tardia inclusão dos óbitos. Outras fontes não clássicas podem ser utilizadas mas importa sobretudo salientar que «no trabalho do his-

torizador demógrafo, a recolha, o estudo aprofundado e a crítica das fontes constituem a operação fundamental, sem a qual nada mais é válido». Os problemas divide-os Goubert em dois tipos: os clássicos — crises demográficas, evolução geral da população entre 1500 e 1800, a mobilidade; e os recentes — demografia das guerras, história das epidemias e da medicina, analfabetismo e alfabetização, demografia social diferencial, análise das mentalidades a partir dos comportamentos demográficos. Na área da história social, que alguns consideram totalmente autónoma, outros sem existência própria, porque «toda a história é necessariamente social», Goubert prefere a atitude daqueles que «provam o movimento caminhando», faz votos para que se estude, de forma menos literária, a camada inferior da sociedade (*la canaille*) e sugere o «cruzamento» numeroso e inteligente de fontes diversas.

As comunicações que se seguem debruçam-se sobre alguma da problemática enunciada.

F. Lebrun, ao verificar a dificuldade de transposição do método da reconstituição das famílias para o espaço urbano, devido à importância numérica, à mobilidade e à heterogeneidade da população das cidades, propõe outro método: a exploração de listas nominativas e a escolha de uma amostra significativa cujos dados iriam ser confrontados e completados pelos registos paroquiais : constituir-se-iam, assim, fichas de família mais rapidamente que pelo método tradicional, as quais possibilitariam o estudo das estruturas demográficas e da sua evolução.

Um grupo numeroso de trabalhos tem como característica comum a análise local ou regional dos fenómenos e estruturas demográficas. Tal acontece com o de M. Fernández Álvarez, sobre Salamanca, que parte da exigência de rever a demografia hispânica do século XVI, para o que seria necessário publicar os censos existentes e investigar os arquivos paroquiais. São estes últimos e um censo particularizado da cidade — que contém, além do mais, informações precisas sobre os estudantes e mouriscos — que constituem a base do seu trabalho.

Particularizando, J. M. Rabasco Valdés, situa-se em Granada e foca as epidemias entre 1640 e 1700. Utiliza registos paroquiais, fontes fiscais e dados bibliográficos, compara com a evolução das subsistências e preços e assinala que a mortalidade epidémica é diferencial, atingindo mais duramente as zonas pobres. O mesmo autor vai, em comunicação posterior, debruçar-se sobre a imigração para Granada (1665-1700) assinalando, por ordem de importância, as diversas proveniências dos imigrados.

Ainda sobre a mortalidade, incidindo sobre a área rural segoviana, V. Pérez Moreda, detém-se, antes de mais, sobre as possibilidades e limitações das fontes, analisando as omissões dos óbitos e apontando formas de superar esta dificuldade. Ao tratar da incidência do factor económico sobre a mortalidade, refere que, numa economia fechada de subsistência — o tipo que se adapta à zona considerada — será mais importante atender ao volume da produção do que ao nível dos preços. Analisa depois brevemente a mortalidade infantil e a mortalidade em geral e insiste na importância do recurso aos registos paroquiais mesmo quando existem já estatísticas oficiais, como é o caso do século XIX.

Teófanos Egido debruça-se sobre um problema importante: o dos expostos. Situa-se em Valladolid, entre os séculos XVI e XVIII, utiliza os registos — os ainda existentes — de uma confraria cuja finalidade era precisamente a de recolher os expostos, assinala as limitações dessa fonte singular onde, naturalmente, não estão consignados todos os casos mas, apesar disso, tenta uma valoração quantitativa e põe em evidência o contributo que o estudo deste problema pode fornecer para a análise demográfica e para a história social e das mentalidades.

O estudo das estruturas demográficas na zona da Galiza, forma a tessitura básica de várias comunicações: a de B. Barreiro Mallón, pondo em contraste dois espaços — interior e costa — e anotando divergências de comportamento; a de H. Rodríguez Ferreiro, detendo-se numa paróquia situada na zona marítima e analisando de preferência os fenómenos de mortalidade e fecundidade para concluir que ambas tendem a diminuir no século XVIII e que as crises demográficas se atenuam sensivelmente; a de J. M. Pérez García, focando um espaço de alta densidade populacional e de base económica agrícola, onde o «drama maltusiano» obriga a população activa, sobretudo masculina, a emigrar, causando desequilíbrios estruturais, mas que apresenta sinais de modernização demográfica já no século XVIII; a de J. L. Taboada, abordando agora todo o espaço regional galego, numa tentativa de captação da dinâmica populacional entre 1860 e 1910, utilizando fontes estatísticas publicadas. Verifica que o crescimento populacional é diminuto e muito desigual dentro da própria região: daí que se detenha na análise da distribuição geográfica desse crescimento. Assinala o equilíbrio entre mortalidade e natalidade, a forte emigração masculina, a elevada taxa de feminilidade, donde infere o aumento de nascimentos ilegítimos. As pirâmides de idades, que

foram a base das conclusões já apontadas, sugerem igualmente uma estrutura jovem da população galega no período considerado.

B. Barreiro Mallón assina uma nova intervenção, pondo em confronto, ainda na Galiza, mas na primeira metade do século XIX, demografia e crises agrícolas. Depois de uma visão de conjunto, fixa-se na análise estrutural de uma paróquia. Correlaciona demografia com preços, atribuindo prioridade aos do mais, e com a evolução da produção obtida a partir dos dízimos. Verifica que a uma estagnação produtiva que ocasiona provavelmente o êxodo migratório corresponde uma relativa vitalidade demográfica: é que as crises de carácter catastrófico desaparecem.

Deixámos para o fim dois trabalhos de natureza mais acentuadamente metodológica: F. B. García del Real propõe uma extensão histórica de métodos actualmente aplicados a populações mal conhecidas: o das tabelas típicas de mortalidade e o das populações estáveis. Aplica seguidamente estas técnicas ao século XVIII espanhol, onde encontra as características de uma população estável. O seu trabalho permite-lhe avançar totais populacionais para datas escalonadas ao longo do século XVIII, que os numeramentos não permitem determinar com rigor.

Este mesmo problema — a imperfeição de numeramentos e censos da época pré-estatística — leva A. Eiras Roei a estabelecer um teste de concordância em que põe em confronto fontes de natureza fiscal dispersas no tempo e abrangendo sensivelmente dois séculos (1591 a 1787). O método utilizado baseia-se, por um lado, na comparação entre curvas de frequências de densidades, obtidas a partir de cada uma das fontes, com a realidade contemporânea (1950) e, por outro, na análise dos aumentos populacionais que, a partir de limites máximos estabelecidos, podem revelar níveis de crescimento anómalos. O A. serve-se de uma das fontes como ponto de referência e aceita, como pressuposto que a distribuição intraprovincial das densidades populacionais se manteve constante. É a partir das verificações obtidas mediante estes testes e do cotejo das fontes entre si que é possível detectar as omissões sistemáticas ou casuais e estabelecer um critério de credibilidade nos dados fornecidos.

A análise das estruturas sociais constitui o tema genérico de algumas intervenções.

Roland Mousnier dá conta de um trabalho de equipa (que ele dirige) sobre as estruturas sociais parisienses, situando-se nos anos

de 1634, 1635, 1636. As fontes utilizadas são as minutas notariais, cujas limitações assinala, nomeadamente a de não contemplarem o estrato mais pobre da população: neste caso os arquivos hospitalares podem preencher algumas lacunas. Numa sociedade de ordens, baseada em critérios de dignidade, honra e estima atribuída às diversas funções sociais, a cidade de Paris pode constituir um ponto de observação privilegiado para a passagem a uma sociedade de classes, uma vez que as actividades económicas terão, sem dúvida, provocado uma derivação do consenso social para critérios de estilo de vida, riqueza e seus sinais exteriores. Para resolver o problema suscitado — sociedade de ordens ou sociedade de classes? — Mousnier rejeita, por inadequada, uma criteriologia de base económica e, porque tautológica, uma que se fundamentasse na estima social. A via possível é a da observação dos comportamentos sociais reais expressos em dois tipos de relação: os conflitos e as associações. Destas últimas, a associação-casamento é, sem dúvida, a mais importante, tanto mais que se trata prioritariamente de uma relação entre estatutos sociais e não tanto entre indivíduos. A recolha de informações a partir dos contratos de casamento e também dos inventários *post mortem*, incidiu sobretudo na «qualidade» e na profissão dos nubentes e dos seus pais. A estratificação social parte da análise das «qualidades» e, na sua ausência, das profissões. Mousnier escalona a sociedade parisiense em nove estratos, cada um deles incluindo vários sub-estratos. O estudo das fortunas e rendimentos, da sua natureza e valor, assim como do nível de de vida e mentalidades, permitiria discernir se estes estratos e sub-estratos são realmente, como parece, ordens e estados ou classes sociais.

Reveste-se de particular interesse a comunicação de Diramar Perera sobre os problemas metodológicos levantados pelo estudo da mentalidade colectiva das classes populares parisienses nos finais do antigo regime. A mentalidade, na qual convergem elementos inteligíveis e afectivos, é difícil de captar sobretudo quando abordada do exterior — a partir de estratos sociais ou de conjunturas epocais diferentes. O processo sugerido para a sua abordagem baseia-se no recurso a fontes judiciais e policiais e a fontes literárias de raiz popular ou de autores vincadamente ligados ao povo, prévia uma definição do que se entende por classes populares. A determinação da língua popular padrão, elemento simultaneamente aglutinador de um grupo e diferenciador dos outros agregados sociais, representa uma primeira dificuldade a vencer: o cotejo de fontes revela-se fecundo neste campo.

A partir daí, é possível passar ao estudo quer das manifestações da vida quotidiana, quer das erupções de violência individual e colectiva que desmantelam a ordem estabelecida. Avaliação qualitativa e quantificação complementam-se neste processo: aquela define atitudes e situações, esta estabelece a sua frequência. Assinalando ainda a possibilidade de captação de sinais precursores de futuras mudanças sociais, o A. iniste sobretudo na utilização de fontes diversas e complementares e de distintas metodologias que perspectivem os problemas de ângulos diferentes.

Passando ao outro extremo da escala social, Janine Fayard segue os passos de duas famílias que tiveram membros seus no Conselho Real de Castela: confrontando a sua origem, o nível e a composição da sua fortuna, a carreira administrativa dos conselheiros delas saídos e as alianças matrimoniais, chega à conclusão que o serviço do rei é um verdadeiro cadinho onde se fundem as diversas categorias de nobres que nele participam.

Em plano idêntico se coloca F. Tomás Valiente, focando agora a categoria administrativa dos «regidores». Utilizando exclusivamente fontes jurídicas, verifica que o cargo, de nomeação real, tende a tornar-se vitalício e depois hereditário através da renúncia do seu titular a favor de outrem ; mas a venda dos ofícios de «regidores» pela Coroa vai tornar estes cargos transmissíveis *jure hereditario*. Este estatuto jurídico vai permitir a formação de oligarquias urbanas fechadas, constituídas por fidalgos e, no caso de Salamanca, que o A. trata especificamente, pode afirmar-se que algumas famílias controlavam, de facto, o governo da cidade.

E. Ciscar Palières dá-nos uma panorâmica das possibilidades de diversas fontes para o estudo da estrutura social em Valencia nos séculos XVI e XVII. Menciona a série documental dos «bens dos mouriscos expulsos» ; os censos hipotecários, a permitirem a localização social dos credores e devedores; as «rosegas» que possibilitam medir o grau de endividamento dos camponeses com relação aos senhores; as escrituras notarias cuja utilidade é múltipla.

Finalmente, Molas Ribalta dirige a sua atenção para a organização administrativa municipal no século XVIII, tomando como ponto de referência o município catalão de Mataré. A pluralidade de fontes utilizadas tem como objectivo identificar os titulares dos cargos municipais e determinar a sua categoria social, tudo isto numa perspectiva evolutiva, de forma a captar as variações do esquema socio-institucional

e tendo por fundo o quadro da estrutura económica e social da cidade em estudo.

A terceira secção, sob o título genérico de «preços, salários, flutuações e movimentos de conjuntura», reúne um conjunto de sete comunicações em que tem primazia a análise dos preços.

E. Labrousse apresenta um balanço metodológico e crítico da história conjuntural entre os séculos XVI e XVIII. Refere os diversos contributos trazidos à história das flutuações — que tem de se situar no âmbito de uma história humanizada do crescimento — e dá conta do desigual desenvolvimento dos sectores que a integram. Primeiramente, os preços, factor importantíssimo pelo que representam de preocupação para o agricultor-vendedor e para o comprador-consumidor: é um sector avançado, beneficiando de longas séries homogéneas, tornando possível traçar um perfil evolutivo, quer na longa duração quer focando as variações cíclicas. A determinação da produção, sobretudo agrícola, é um sector em desenvolvimento que tem como base fundamental o estudo da contribuição decimal. Em contraste com a flexibilidade dos preços, a produção da terra está sujeita a uma maior rigidez, atingindo-se tectos, nos séculos XVI e XVII, dificilmente superáveis no século XVIII. Labrousse enuncia aqui a sua tese de que o aumento geral da produção agrícola, em valor, parece devida mais à subida dos preços que ao aumento das quantidades produzidas. Finalmente o sector dos rendimentos (renda, lucro e salário) apresenta um atraso notável e são raras as certezas neste campo.

A. de Maddalena, utilizando séries de índices simples e compostos, calculados a partir de médias decenais de preços de produtos alimentares, tecidos, combustíveis, materiais de construção, de salários, do curso monetário, assim como de rendas de casa e de produtos importados, traça um perfil da economia de Milão entre os séculos XVII e XIX. A depressão sofrida pela economia lombarda no século XVII vai provocar que, da lógica de um sistema baseado no binómio manufactura-comércio externo, se transite gradualmente para outro modelo assente no binómio propriedade fundiária-comércio externo. O A. analisa detalhadamente os movimentos conjunturais e conclui, com Labrousse e Witold Kula que, quando aumentam os preços, os géneros de primeira necessidade encarecem de forma mais rápida e sensível.

Módena, espaço de difícil cultura cerealífera é tomada como ponto de referência por G. L. Basini para um confronto entre preços e salários

tendente a determinar as flutuações do poder de compra entre 1500 e 1700.

A. Eiras Roel assina duas comunicações, uma delas em conjunto com R. Usero González, de natureza diversa. Na primeira, aproveita as séries de preços do trigo em França (1726-1913) publicadas por Labrousse, para tratamento no computador. Explicita as instruções para o programa e dá conta dos processos utilizados: para a análise dos movimentos longos compara, seguindo Labrousse, as médias cíclicas com os respectivos coeficientes de variação, servindo estes igualmente como instrumento para a análise cíclica por revelarem a maior ou menor dispersão dos preços e a amplitude da sua variação. A média dos coeficientes de variação permite ainda comparar as duas centúrias, quanto à maior ou menor variabilidade dos preços; correlacionando médias de preços por ano civil com as médias dos anos colheita, verifica o A. que os preços da colheita do ano precedente dominam os preços do ano civil seguinte; analisa ainda as flutuações sazonais e detém-se mais demoradamente no processo de formação de um mercado inter-regional : os coeficientes de correlação entre os preços de diversas regiões e de cada uma destas com as médias de preços nacionais vai permitir escalonar as fases do processo de formação de um tal mercado.

O segundo trabalho volta ao âmbito da história regional e vai incidir sobre os preços dos cereais na Galiza do século XVIII. Servindo-se de fontes que compara, de algum modo, às mercuriais, os AA. analisam a tendência de longa duração através das médias móveis de preços nominais e índices, demonstrando um cuidado particular na escolha do período base e assinalando, para além do movimento global, a evolução diferencial dos cereais nas distintas comarcas. O mesmo tratamento diferencial e comparativo está na base da observação das flutuações cíclicas que condicionam grandemente as variações sazonais. Os AA. dão-se conta de uma série de coincidências entre a evolução dos preços na Galiza e a de outros países da Europa Ocidental.

Temática semelhante e considerando o mesmo espaço, é abordada por J. G.-L. Viñas, utilizando neste caso as técnicas da regressão para concluir que se verificou uma alta considerável dos preços entre 1712 e a segunda década do século XIX, que se nota uma marcada correlação entre os preços dos mercados da Galiza Ocidental, sem que, contudo, isso signifique aumento de relações económicas entre eles.

Numa intervenção de fundo, H. Van der Wee reflecte sobre a utilização de conceitos e modelos teóricos das ciências humanas em História. Declarando que a problemática metodológica não pode desligar-se dos aspectos epistemológicos da ciência histórica, dedica a estes a primeira parte da sua comunicação. Se a crítica histórica é necessária para a reconstrução dos factos, tal reconstrução apresenta-se como marginal, situando-se o fulcro da história como ciência ao nível da interpretação compreensiva e explicativa da realidade vivida. Esta apresenta-se parcialmente determinada quer sincronicamente — possuindo estruturas ou sistemas de carácter universal — quer diacronicamente, pois o tempo não é um dado linear mas encerra uma continuidade estruturada. Contudo, liberdade e acaso são igualmente componentes fundamentais da realidade histórica pelo que esta se poderia definir como a combinação diacrónica e sincrónica de necessidade, liberdade e acaso. E, se bem que tal realidade constitua um conjunto estruturado a reclamar a preeminência da história integral, parece cada vez mais fundamento deslocar o centro de gravidade para as disciplinas parciais, de forma a assimilar em profundidade a respectiva metodologia. É no campo da investigação histórica especializada que tem maior cabimento o emprego de modelos racionais. A especificação de um modelo passa pela definição de conceitos — cuja característica fundamental deve ser a sua operatividade — e pela especificação das variáveis, determinando qual o problema a resolver e as possíveis variáveis explicativas. Daí, dedutivamente — estabelecendo relações lógicas — ou indutivamente — a partir da observação — pode construir-se o filtro teórico que vai servir para a conquista conceptual da realidade. O modelo terá que ser verificado quantitativa e qualitativamente, revelando-se fecundo também, ao nível da análise, o método comparativo. Contudo, a investigação histórica especializada terá que ser completada por uma visão interdisciplinar ao nível da descrição e da teoria. O A. refere que Marx teve o mérito de ser um dos primeiros a apresentar uma teoria globalizadora. Conclui afirmando que a introdução de conceitos e modelos teóricos em História é condição essencial para o aperfeiçoamento da interpretação declarativa e compreensiva.

Ruiz Martín abre a quarta e última secção deste volume das Actas. Reflectindo sobre a diversa trajectória dalguns países europeus durante o século XVII, observando a decadência da Espanha, Itália e Ale-

manha, avança a ideia de que o crédito público, ao sobrepor-se e ao dismantelar o sistema de crédito privado, terá tido uma responsabilidade fundamental no fenómeno decadentista. O crédito privado era um dos nervos centrais da agricultura, da criação de gado, das manufacturas, dinamizou feiras e mercados impulsionando o comércio interno e externo. No caso espanhol, o equilíbrio do sistema assim montado foi fortemente sacudido sobretudo a partir da dinastia dos Habsburgos, quando banqueiros estrangeiros subvencionaram directamente os monarcas, fornecendo-lhes letras de câmbio a troco de concessões que vão arruinar a economia. Daí a fuga do ouro, a entrega de títulos de dívida pública que podiam depois ser compensados por outros de muito menor cotação, a especulação com o ouro e a prata e o crescimento contínuo da dívida do estado; por sua vez, os tesouros americanos escoam-se fraudulentamente para a Europa mas a sangria não se pode evitar: é condição indispensável para que as letras de câmbio circulem. Todos estes fenómenos constituem factores de erosão do crédito privado e da economia que nele se apoiava. O A. apresenta, a título comparativo, outras situações, nomeadamente a da Inglaterra e de França. Assim, as divergências de desenvolvimento que se confirmam no século XVIII, têm raízes anteriores.

Dois trabalhos, um de B. Escandell Bonet, outro de J. Ferreiro Porto, explanam o conjunto de possibilidades que o estudo dos censos e outras formas de crédito — obrigações e vendas de renda — oferecem para o estudo das camadas populares. Toda uma série de aspectos económicos, mentais, sociais, jurídico-institucionais, são revelados por este tipo de fontes de grande riqueza informativa.

O comércio é o tema central de quatro comunicações. J. J. de Azaola mostra o interesse que há em pesquisar os registos privados das companhias mercantis para um estudo quantitativo das relações comerciais. Apresenta, a título de exemplo, o trabalho por ele elaborado a partir dos livros de contas de André Ruiz, de Nantes, cujo confronto com registos fiscais de carácter oficial permite verificar que, situada numa conjuntura global, uma companhia mercantil a reflecte, muito mais quando — como é o caso — essa companhia goza, por algum tempo, de um exclusivo comercial. Tipos de mercadorias transaccionadas, embarcações, sua nacionalidade e tonelagem, volume de negócios, saldo da balança comercial, todos estes são aspectos que a análise minuciosa dos elementos quantificáveis contidos nos registos privados pode esclarecer.

A. Meijide Pardo trata do comércio galego de exportação para Portugal no século XVIII. Depois de referir que, nesse século, tal comércio sofre uma retracção devido à crescente ingerência dos interesses ingleses em Portugal e de mencionar os produtos exportados pela Galiza para o espaço português, assim como as importações, detém-se mais detalhadamente no comércio de gado e de peixe. O gado bovino foi a componente básica das exportações galegas, de forma tão abundante que provocava queixas frequentes dirigidas ao poder central. Alternâncias de comércio livre e de proibições não impediram que, de modo contínuo, o gado passasse a Portugal, muitas vezes furtivamente. A exportação de peixe, de grande importância também, viu-se restringida por entraves aduaneiros que, no virar do século, ainda persistiam, embora se perspectivasse a sua anulação.

Dum ponto de vista mais institucional, P. Molas Ribalta aborda o tratamento das Juntas de Comércio em Espanha: confronto com outras instituições semelhantes de outros países, estudo da sua evolução, análise dos membros que as integram, criação de subdelegados como primeiro passo para o estabelecimento de Juntas do Comércio locais dinamizando ou substituindo instituições anteriores, são algumas das questões levantadas por esta problemática. O A. tem em mente fazer incidir a sua reflexão sobre aspectos sociais — quem faz parte destas instituições, qual a sua preparação económica, qual o grau de consciência colectiva e de organização das burguesias mercantis — encarados no âmbito de uma problemática mais vasta.

Uma outra instituição — o Real Consulado de Comércio da Corunha — e a perda de uma oportunidade de expansão do comércio e indústria regionais formam o objecto da intervenção de E. Rodríguez Varela. Com a abertura de diversos portos, e entre eles o da Corunha, ao comércio colonial, criou-se uma oportunidade para o desenvolvimento industrial da região. Os registos de «averia» — imposto que incidia sobre as mercadorias manuseadas no referido porto, dando-nos conta portanto do seu volume — revelam que, por circunstâncias externas (guerra) mas sobretudo por incapacidade competitiva em quantidade e qualidade de produção, essa oportunidade não foi aproveitada.

Os condicionalismos que influenciaram o abastecimento das cidades coloniais hispano-americanas (séculos XVI a XVIII) são abordados por F. de Solano. Esboça o A. uma tipologia de tais cidades, baseada nos caracteres físicos, ecológicos e geográficos, no fenómeno

fundacional, nas relações comerciais e nas actividades transformadoras nelas existentes. Assinala a importância de analisar factores tais como as necessidades alimentícias, sociais (indumentária, habitação, iluminação, decoração), as carências energéticas, os transportes e comunicações. Chama a atenção para os elementos desestruturadores e para o papel dos municípios. Enuncia a seguir os factores a ter em conta ao estudar a evolução a longo prazo. O resultado final conduziria ao conhecimento do papel da cidade, suas necessidades e dependências.

O sector dos transportes é assunto para uma comunicação de A. Eiras Roel e de J. E. Gelabert González. Chamando a atenção para a importância do tema e para o relativo atraso da investigação sobre os transportes terrestres, servem-se dos livros de contas do Real Hospital de Santiago para analisar duas facetas do problema: o transporte intercomarcal e o transporte de mais longa distância (inter-regional). No primeiro caso a mercadoria transportada era o vinho, no segundo, as drogas medicinais. São diferentes os intervenientes nos dois tipos de transporte — agricultores que parcialmente se dedicam também aos transportes no primeiro caso, e almocreves de profissão no segundo — e o confronto do preço dos transportes com os dos cereais faz ressaltar o embaratecimento daqueles, não devido à melhoria de condições técnicas mas a uma quebra do salário real generalizada.

Percorridas por uma unidade fundamental, agrupadas em categorias temáticas, as comunicações apresentadas revelam, contudo, contributos pessoais diversificados e, muitas vezes, originais. No seu conjunto são a exemplificação de três estádios ou níveis indispensáveis na investigação histórica: a reflexão sobre os objectivos, as fontes e os problemas (na expressão de Goubert); a pesquisa de técnicas e de novos instrumentos de análise; a sua aplicação prática, traduzida em resultados concretos. Cada um dos trabalhos integra, em maior ou menor grau, cada um destes aspectos. Mas uma outra característica define a sua quase totalidade: sem perder de vista uma visão interpretativa global, eles incidem sobretudo em realidades locais ou regionais. Quanto a nós, parece-nos ser esta uma estapa fundamental e prévia no caminho para uma visão totalizante: o todo histórico surgirá não como um acervo uniforme e amorfo, mas como o resultado dinâmico e estruturado de movimentos originais, diferentes ou até divergentes. Se os

resultados parcelares não podem ser generalizados, são contudo absolutamente necessários e terão de ser tidos em conta na sua diversidade quando se pretender abarcar a realidade global. O recurso à quantificação demonstra, mais que a adopção de uma nova linguagem e o aproveitamento de técnicas de análise de incontestável utilidade, uma atitude básica perante a realidade histórica, não só pela prioridade concedida aos fenómenos repetíveis do quotidiano vivencial, mas sobretudo porque tal realidade é encarada no seu devir estruturado e coerente, formada por componentes inter-relacionadas e mutuamente explicativas. Mas a preocupação de profundidade analítica, não deixou esquecer a exigência da construção de modelos teóricos e quadros compreensivos da realidade, que as ciências humanas podem fornecer e de que a História se servirá, segundo a regra enunciada por Van der Wee: «adopt, adapt, improve». Não se pode, em boa verdade, subestimar este contributo, embora seja necessário adaptá-lo e aperfeiçoá-lo. É este esforço de aperfeiçoamento, a tentativa de superação do que já foi feito, tendo como ponto de partida as realizações válidas do passado mais ou menos recente, que constitui um dos méritos principais da publicação que acabámos de manusear e cuja leitura se nos afigura de indubitável utilidade.

FERNANDO TAVEIRA DA FONSECA

SEGISMUNDO SPINA — *Introdução à Edótica (Crítica textual)*. São Paulo, 1977. Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo. 153 pp.

É o próprio A. que, nas primeiras linhas do prefácio deste livro, nos informa das características do mesmo : «Este trabalho, como quase todos os de nossa autoria, nasceu de cursos ministrados na Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, entre os anos de 1972 e 1975. O estilo e as intenções didácticas são nele, portanto, marcas evidentes e indeléveis». E, mais adiante, acrescenta: «Não podemos negar, entretanto, o carácter especial de que se reveste o presente manual, voltado preferentemente para os problemas da Edótica Medieval» que, segundo o A., é uma ciência que tem por fim a apuração do texto